

# Um olhar sobre as trajetórias, percursos e histórias de mulheres em situação de rua.

A view of the paths, ways and stories of homeless women

## **Roseli E. Lopes**

Professora Adjunta do Departamento de Terapia Ocupacional da Universidade Federal de São Carlos e Coordenadora do Núcleo USP/UFSCar do Projeto Metuia.

## **Patrícia L. O. Borba**

Graduanda em Terapia Ocupacional da UFSCar e Bolsista do Programa PIBIC/CNPq/UFSCar.

## **Tiy A. M. Reis**

Terapeuta Ocupacional da Associação Minha Rua Minha Casa e do Núcleo USP/UFSCar do Projeto Metuia

### **RESUMO**

Integrando o Núcleo USP/UFSCar do Projeto Metuia – Grupo interinstitucional de estudos, formação e ações pela cidadania de crianças, adolescentes e adultos em processos de ruptura das redes sociais de suporte – este artigo tem como objetivo refletir acerca das trajetórias, percursos e histórias de mulheres em situação de rua a partir de um olhar pluralista sob as causas que geram a situação complexa do estar nas ruas. Para tanto, confrontam-se os processos históricos, culturais e econômicos vivenciados pelas mulheres brasileiras em situação de vulnerabilidade social com o relato de três mulheres usuárias da Associação Minha Rua Minha Casa (AMRMC), na cidade de São Paulo. A AMRMC constitui-se um espaço de convivência, acolhimento, realização de tarefas cotidianas, bem como de produções coletivas que tentam implementar formas de emancipação e construção da cidadania de adultos em situação de rua. O presente estudo se insere no campo da pesquisa qualitativa e etnográfica que utiliza recursos da observação participante e da história de vida que privilegia a abordagem biográfica com entrevistas centradas. Constatou-se que as redes sociais de suporte são extremamente frágeis e, na maioria das vezes, inexistentes para as mulheres que chegam à situação de rua. Por outro lado, esta rede é fundamental na manutenção, mais ou menos frágil, dessas mulheres fora das ruas. Por fim, este estudo disponibiliza elementos que podem vir a orientar propostas de políticas públicas ou de serviços, públicos ou privados, que atendam a essa população, assim como subsidiar propostas de intervenção social comprometidas com as necessidades de quem assiste.

**Palavras-chave:** Mulheres; Cidadania; Adultos em Situação de Rua, Intervenção Social; História de Vida; Terapia Ocupacional Social.

## ABSTRACT

Integrating the 'Núcleo USP/UFSCar' of 'Projeto Metuia' - inter-institutional group of studies which main aims are developing human resources and actions for protecting the citizenship of children, adolescents and adults involved in processes of rupture of the supporting social nets – this paper relates to ways, paths and stories of women in street status from a pluralist view due to causes generated by the complex situation of being in the street situation. We face the historical, economic and cultural processes experimented by Brazilian women in situation of social vulnerability following the stories told by three women, who are users of 'Associação Minha Rua Minha Casa' (AMRMC) at São Paulo City. The AMRMC is a space of sociability/conviviality, housing and accomplishment of daily activities, as well as collective tasks, trying to implement ways of emancipation and building of citizenship of adults in street situation. The present study is in the field of qualitative and ethnographic research that employ resources of the own participant and her life story that considers biographic approach from interviews. We observed that the social nets are extremely weak and most, non-existent for women, who fall in street situation. On the other side, only this net allows those women to be maintained out of the streets. At last, this study offers elements that may orient proposals of public policies, and public or private services aimed for that population, as well support proposals of social intervention compromised with the needs of this population.

**Key words:** Women; Citizenship; Homeless People; Social Intervention; Life Stories; Social Occupational Therapy.

## INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta trajetórias, percursos e histórias de mulheres em situação de rua que nos foram compartilhados a partir de uma aproximação, realizada no ano de 2002, na Associação Minha Rua Minha Casa. Utilizando referenciais teóricos sobre os processos históricos, culturais e econômicos com respeito à realidade de mulheres brasileiras em situação de vulnerabilidade social, o texto percorre alguns caminhos que buscam refletir a respeito das complexas situações que geram o estar nas ruas.

Esse trabalho foi viabilizado a partir das ações desenvolvidas pelo Núcleo USP/UFSCar do Projeto Metuia na Associação Minha Rua Minha Casa (AMRMC), em uma

parceria que tem possibilitado o desenvolvimento de atividades no âmbito do ensino, pesquisa e extensão.

O Projeto Metuia vem atuando desde 1998 e trata-se de um:

“Grupo interinstitucional de estudos, formação e ações pela cidadania de crianças, adolescentes e adultos em processos de ruptura das redes sociais de suporte, do qual participam docentes, discentes e profissionais da área de terapia ocupacional de três Universidades paulistas: Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Universidade Federal de São Carlos e Universidade de São Paulo, além de terapeutas ocupacionais das cidades de Campinas, Paulínia, São Carlos e São Paulo” (Barros, Lopes e Galheigo, 2002, p.365)<sup>2</sup>.

Já a AMRMC é uma Organização Não Governamental (ONG) que nasceu em 1995, focando seu trabalho na população adulta em situação de rua. Esse trabalho toma por base uma metodologia participativa que implica em uma atuação efetiva das pessoas assistidas tanto nos processos decisórios como operacionais da instituição.

A AMRMC, localizada na Baixada do Glicério – Liberdade, na cidade de São Paulo, tem seu espaço limitado por ruas, circundado por viadutos em uma região central da cidade. Além disso, os vizinhos possuem características comuns: são pontos de encontro, como igrejas, empresas e comércio. Excluídos esses lugares, resta a dura marca da pobreza, dos cortiços e micro-apartamentos, da violência e do tráfico. A partir deste cenário pode-se depreender quão vulneráveis e precários são os laços comunitários na região.

No entanto, se por um lado há este cenário adverso para instalação e manutenção da instituição, por outro, este mesmo espaço aliado ao resultado da arquitetura urbana, confere à AMRMC um significado de “lugar de passagem”, em concordância com seus objetivos: ser um lugar de passagem, de transição entre uma vida na rua destituída de direitos e renegada à exclusão de toda a ordem (econômica, social), para uma vida com melhores condições. Ressalte-se que essas melhores condições não implicam, necessariamente, no fato de a pessoa estar fora das ruas, mas sim em instrumentalizá-la para que atue mais autonomamente e não se torne dependente de assistencialismo, bem como tenha maior acesso aos serviços disponibilizados (serviços básicos de saúde, serviços jurídicos, programas culturais, etc.).

É importante apontar que uma pessoa é considerada em situação de rua quando utiliza logradouros públicos como local de habitação e para atividades cotidianas (dormir, alimentar-se e trabalhar), assim como aquela que pernoita em albergues pelo fato de não possuir moradia própria (Reis e Galvani, 2001)<sup>18</sup>.

Todos os dias, entre as 8:00 e as 18:00 horas, cerca de 150 pessoas são recebidas pela AMRMC onde se realizam atividades culturais, de lazer e vida cotidiana (como higiene pessoal e alimentação). A partir daí, criam-se possibilidades para participação em grupos de discussão (como, por exemplo, os sobre álcool e drogas) ou em projetos de renda, entre outras atividades (Reis e Galvani, 2001)<sup>18</sup>.

A parceria entre o Núcleo USP/UFSCar do Projeto Metuia e a AMRMC, iniciada em 2000, forneceu um espaço privilegiado para o desenvolvimento desse trabalho: além do contato com as mulheres em situação de rua, foi possível a observação e a aproximação das diversas formas de solidariedade e de sociabilidade da vida nas ruas.

Os conceitos que Castel (1994, 1997)<sup>5,6</sup> utiliza na discussão da estrutura e inserção social são referências teóricas fundamentais para compreender a realidade da população de rua em uma grande metrópole brasileira, mais especificamente das mulheres em situação de rua.

“Para o autor, a inserção deve ser analisada em dois eixos: o da relação de trabalho (com uma gama de posições do emprego estável à ausência completa de trabalho) e o da inserção relacional (também com um leque de posições entre a inscrição nas redes sólidas de sociabilidade e o isolamento social total). O recorte desses dois eixos circunscreve zonas diferentes do espaço social: zona de integração – onde se dispõe de garantias de um trabalho permanente e se pode mobilizar suportes relacionais sólidos; zona de desfiliação – neste espaço se conjugam ausência de trabalho e isolamento social, implicando uma dupla ruptura das redes de sociabilidade e participação; zona de vulnerabilidade – que associa precariedade do trabalho e fragilidade relacional” (Lopes et al, 2002, p.427)<sup>11</sup>.

As mulheres em situação de rua, protagonistas deste trabalho, perfazem um número muito pequeno em compa-

ração com a quantidade de homens na mesma situação. Os índices que quantificam o número de mulheres em relação aos homens em situação de rua variam de uma região para outra, mas, no Brasil, ficam em torno de 10 a 20% (Escorel, 1999)<sup>7</sup>.

Segundo pesquisa recente realizada pela Secretaria de Assistência Social do Município de São Paulo (SAS) e pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, estima-se que só na cidade de São Paulo essa população totalize 10.394 pessoas, apresentando um aumento de 19,3% com relação aos dados obtidos em 2000 (Folha de São Paulo, 2003; São Paulo, 2000)<sup>8,20</sup>. A absoluta maioria dessa população é composta por homens (80,3%) e 67% encontra-se na faixa etária dos 26 a 55 anos, dispondo, portanto, de grande capacidade produtiva e, apesar disso, à margem dos meios de produção e em situação de desfiliação (Castel, 1994)<sup>5</sup>.

No Rio de Janeiro, a Fundação Leão XIII também constatou uma importante diferença numérica entre homens e mulheres em situação de rua, onde estas representam 24% dessa população (Escorel, 1999)<sup>7</sup>.

“Apesar de numericamente inferior, as mulheres que se encontram em situação de rua apresentam questões bastante significativas, pois vivem um processo de violência ainda mais severo em comparação com o vivido pelos homens. É comum serem subjugadas, sofrerem abusos sexuais, espancamentos, e toda a espécie de preconceitos (...)” (Reis e Galvani, 2001, p.2)<sup>18</sup>.

## METODOLOGIA

O presente estudo insere-se no campo da pesquisa qualitativa (Minayo, 1994)<sup>13</sup> e etnográfica, tendo utilizado recursos da observação participante, da história oral de vida (Meihy, 1997)<sup>12</sup>, que privilegia abordagem biográfica com entrevista centrada, no caso das mulheres em situação de

rua; com relação aos coordenadores e técnicos da AMRMC trabalhou-se com entrevistas semi-estruturadas\*.

Para viabilizar o contato e a aproximação com as mulheres em situação de rua que circulam na AMRMC, bem como para o conhecimento do trabalho ali desenvolvido, optou-se pela observação participante na AMRMC, mais intensamente no mês de setembro de 2002, com continuidade aos sábados até o mês de dezembro do mesmo ano.

A história oral de vida é uma das modalidades inseridas na história oral (Meihy, 1997)<sup>12</sup>. Ela reconstrói uma história singular e esta está repleta de interações sociais. Assim, ao analisar a fala dos sujeitos, estão implícitas as relações sociais, as posições dos mesmos e as estruturas nas quais estão envolvidos. Este conjunto traz uma rede de significados que possibilita o entendimento de uma trajetória individual e, ainda, a elucidação de tendências gerais para a compreensão de um grupo social (Arpini, 2003)<sup>1</sup>.

Além de se proceder ao levantamento da história oral de vida através do contato, da solicitação e da realização da entrevista gravada e transcrita, tinha-se como pressuposto que essas entrevistas deveriam ser feitas a partir de um vínculo a ser estabelecido com a mulher em situação de rua. Este vínculo se faz necessário, pois há uma importante discussão sobre as histórias orais de vida e seu uso como instrumento de pesquisa, especialmente em relação à veracidade dos fatos. Considerou-se que, a medida em que fosse sendo estabelecida uma relação de maior profundidade com os sujeitos da pesquisa, isso resultaria em uma maior aproximação com o real e, assim, em uma melhor apreensão dos percursos e rupturas vivenciados até a “rua”. Entretanto, é importante manter a clareza de que os fatos relatados e sua análise são leituras do real e não espelhos dos mesmos (Arpini, 2003)<sup>1</sup>.

\* À época do estudo de campo, das 10 mulheres que freqüentavam a AMRMC, de forma mais sistemática, foi possível acompanhar 07 delas. Foram entrevistados todos os coordenadores e técnicos da AMRMC do ano de 2002.

Ao nos comprometermos com esses procedimentos, assumiu-se uma corrida contra o tempo, pois nossas condições nos permitiam realizar a pesquisa de campo em um semestre e a isto se somava a dinâmica própria da rua – o ir e vir, bem como a das mulheres – suas formas mais restritas de aproximação que implicam em uma vinculação mais demorada. Foi um desafio que, no entanto, não impediu os encontros.

Dessa forma, no período estabelecido, algumas das mulheres que freqüentavam a AMRMC nos permitiram conhecer e compartilhar parte de suas trajetórias; três delas serão relatadas em seguida. Contudo, dentre tais encontros, existiu um em que a maior profundidade do vínculo estabelecido tornou possível a reconstrução de uma história oral de vida: a de Teresa, que parametriza a análise acerca dos percursos e das rupturas vivenciadas pelas mulheres em situação de rua.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Apresentamos aqui três percursos que nos foram compartilhados por mulheres em situação de rua.

### A Cigana

Nos seus quase 50 anos, morena clara, de cabelos bem pretos e bem curtos. As pulseiras e o batom se faziam presentes cotidianamente. Cigana, curandeira, vidente e associada\* da AMRMC. Alegre e disposta, seu jeito rápido e confuso de falar nos obrigava a fazer um constante e imenso esforço para compreendê-la. Seu humor era flutuante: havia dias em que nos cumprimentava calorosamente e conversava por longos períodos, em outros, um aperto de mão já era suficiente. No entanto, neste período, chegou a compartilhar alguns fatos de sua vida. Há aproximadamente 20 anos, ela fez da rua sua morada e já por algum tempo passa as noites com um rapaz, des-

de que esse rapaz era criança e foi parar nas ruas; ela se sente responsável por ele. Esta relação é de certa forma contraditória, pois ao mesmo tempo é mãe e amante e, também, inversa na relação da proteção que se estabelece habitualmente na rua: a mulher protege o homem.

É soropositiva e por isso vivencia um grande embate: ficar na AMRMC, nas ruas e não se tratar ou ir para longe, na casa de irmãs de sua Igreja e fazer o tratamento corretamente. Estar perto da AMRMC compromete o ‘tomar remédios’, assim como o seu efeito, pois estar ali significa estar entre amigos e compartilhar a vida e a ‘pinga’, como ela mesma explica. Beber da mesma garrafa é um ato valorizado pelo povo da rua.

Suas perdas no percurso até se encontrar em situação de rua foram muito duras. Fala das traições constantes do marido até que um dia o esfaqueou e à amante, quando os encontrou tendo relações sexuais em sua própria cama, não chegando, no entanto, a matá-los. Após esse acontecimento foi para as ruas. Possuía seis filhos e relatou a entrega deles para o cuidado do juiz.

Por conta da doença, aguarda do Estado a aposentadoria por invalidez. Mas, ao mesmo tempo em que aguarda, ela se contradiz, pois sabe que não vai receber o dinheiro já que tem conhecimento que, aqui no Brasil, não se paga aposentadoria a soropositivos.

De todas as mulheres que conhecemos no período na AMRMC, ela é a que melhor se relaciona com os homens, sempre está conversando com alguém, o que é muito diferente das outras mulheres que costumam andar isoladas e serem mais receosas na aproximação.

### A barriga escondida

“têm coisas que não queremos lembrar” (anotações do diário de campo)

Essa mulher, sempre sorridente, de cabelo bem curto,

\* Para fins organizacionais, a AMRMC arranja as pessoas que freqüentam seu espaço em duas grandes categorias: a dos usuários e a dos associados. A diferença entre elas reside na relação/grau de vinculação que cada uma estabelece com a instituição e implicando diretamente em maiores ou menores direitos/deveres para com a AMRMC.

com jeito de menina, estava para completar seus 20 anos alguns dias depois do primeiro contato; ela era associada da AMRMC. Nunca deixou de chamar nossa atenção enquanto estivemos na AMRMC.

Na medida em que o vínculo foi sendo estabelecido, cada vez mais ela compartilhava sua vida. Atualmente, não se encontra em situação de rua, mora em um quarto de aluguel, cortiço. Já esteve em situação de albergue, mas relata que foi por um período curto de três, quatro meses. Chegou a comentar que ninguém merece aquela vida, principalmente quando ela se remete ao cotidiano na casa dos pais - apesar de simples, era uma vida com conforto. Saiu do interior da Bahia para vir morar em São Paulo junto com namorado. Depois de desentendimentos, saiu da casa do namorado para enfrentar sozinha a luta pela sobrevivência e daí segue para o albergue e passa a frequentar a AMRMC.

Todos esses relatos acabam tendo uma característica comum: a atemporalidade. O que parece ter acontecido poucos meses atrás, na verdade, ocorreu há muitos anos. Quando se relata a história, tem-se a impressão que tudo se deu em um curto espaço de tempo e, de repente, somos informados que está grávida há sete meses e que o pai da criança é um associado da AMRMC. Assim, há um tempo não explicitado, que se perde na rotina do dia-a-dia, e que buscamos apreender. Apesar da aproximação que conseguimos, ela não nos relatou sua gravidez que era imperceptível, sua barriga ficava espremida dentro de uma calça justa e camisetas largas. Mesmo depois do conhecimento desse fato, eram curtos e escassos os diálogos nos quais gravidez e filho eram protagonistas. Às vezes, a mencionava quando precisava sair da AMRMC, para fazer um exame ou para ir tomar vacina, e era só. O seu grande desejo era voltar a estudar e muitas vezes fomos questionados a respeito da faculdade, vestibular e assuntos afins.

De todas as mulheres que contamos, temos certeza que

a maior vinculação desenvolvida foi com ela. No entanto, esse vínculo não foi garantia da disponibilidade em compartilhar sua história de vida, em permitir-se ser entrevistada e ter seu relato gravado.

A postura assumida por esta mulher nos revela que existem verdades e fatos na vida de cada um que não são para serem ditos, que não são para serem compartilhados, que ficam em um universo inacessível para a relação que o pesquisador se propõe a ter e, assim, é importante ter clareza que acessamos somente parte da realidade.

### **Teresa cansada de guerra**

30 anos, clara, nem muito baixa e nem muito alta, cabelos compridos, sempre de saia ou vestido. Na cozinha, ocorreu a primeira aproximação com Teresa, todos falavam que não deveríamos ligar para o jeito dela, que no fundo ela era normal – esse jeito que as pessoas comentavam se referia à sua mania de ficar falando sozinha. Ela confirmou que realmente conversava sozinha, principalmente em dias em que estava muito agitada e, para conseguir parar de falar daquele jeito, contava até dez e era como se voltasse para a realidade.

Teresa, em um primeiro momento, estabeleceu uma relação unilateral, no sentido de que respondíamos às suas questões e às suas curiosidades mais do que perguntávamos. Só no decorrer dos nossos encontros, aos poucos, foi-nos permitindo questioná-la.

É interessante relatar que o vínculo estabelecido com Teresa foi diferenciado em relação às outras. Ele partiu do macramê. A atividade, no caso, foi potencializadora da relação. Uma troca se estabeleceu: “ensinamos uma técnica” e, em contrapartida, ela nos permitiu entrar em contato com sua história de vida, seu universo particular. Segue um resumo dessa história.

Teresa nasceu em Lagoinha, Bahia, em 1962. Quando Teresa e seu irmão gêmeo nasceram, sua mãe já era viú-

va do seu primeiro casamento. Ambos foram frutos de uma relação extraconjugal com o então amante da mãe de Teresa. A mesma veio a falecer quando ela ainda tinha 6 anos de idade. Seu pai foi sempre ausente em sua vida, nem ao menos a registrou.

Contra a sua vontade, veio morar em São Paulo, após o falecimento de sua mãe. Até a idade de 17 anos, transitou entre as casas de tias e de dois irmãos mais velhos.

Em 1985, passou a viver junto com a pessoa que seria o pai de seus três filhos – um menino e duas meninas mais novas. Esta relação durou cerca de quatro anos e meio, sendo que a última filha foi concebida em um momento posterior em que o casal já estava separado.

Desde sua saída de casa, aos 17 anos, Teresa vivenciou os mais diversos tipos de moradia: casas e apartamentos alugados, cortiços, cômodos emprestados por irmãos, em casas de irmãs de Igreja, barracos. No que se refere às moradias que implicavam em pagamento, Teresa relata histórias de dívidas e despejo. Quanto aos lugares que foram emprestados temporariamente, deixaram de ser pela difícil convivência pessoal de Teresa com cunhadas, primas e a maioria apresentou condições insalubres de moradia – aranhas, mofo, umidade.

Assim como morou em muitos lugares diferentes, os trabalhos realizados seguiram essa mesma lógica. Foram relatadas cerca de dez ocupações, entre elas: repositora de supermercado, promotora e demonstradora de produtos de beleza, moda íntima e embalagens de comida, auxiliar de desenvolvimento infantil, servente de faxina, atendente de bar, pesquisadora de mercado, embaladora de revista, sem contar os mecanismos adaptativos realizados por Teresa a fim de conseguir dinheiro extra através do crochê, doces/salgadinhos, venda de garrafa e papelão, preparo de refeições. A falta de emprego fez parte inúmeras vezes da realidade de Teresa.

Seu casamento foi marcado por desentendimentos, violência doméstica, no qual Teresa, além de vítima, muitas

vezes, foi agressora. A decisão da separação foi consequência de uma forte agressão sofrida. Com essa decisão sua condição de vida se tornou ainda mais vulnerável.

Em 1997, logo depois da separação, Teresa vivenciou um dos momentos mais críticos de sua vida. Começou a ter uma série de visões, uma crise grave de sofrimento psíquico que acarretou uma ruptura muito forte com a realidade. As visões foram compreendidas por Teresa como sendo avisos, premonições de ordem espiritual, só que ela não estava preparada para interpretá-las. Foi acontecendo uma série de fatos negativos em sua vida, fora do seu controle, sendo estes fatos justificados, por ela, pela sua inabilidade na interpretação das visões. Começou a rasgar dinheiro, pediu demissão do emprego mais estável que teve, na creche, foi para a Bahia duas vezes com uma suposta missão de encontrar um marido, entre outras coisas.

Conseguiu sair dessa situação com apoio de irmãs da sua Igreja, que a encaminharam para um psiquiatra. Refere-se ter sido curada graças à medicação e vitaminas.

Entrou com um processo na justiça com a esperança de ser recolocada na creche. Isso implicaria em não poder trabalhar com registro até que houvesse uma resposta jurídica. Em 1999, a sentença foi dada, estabelecendo que Teresa não poderia retomar seu emprego na creche, pois sua condição é “patológica” e pode voltar a qualquer momento. A partir disso, Teresa entrou com um outro processo, agora solicitando sua aposentadoria por invalidez. Ela não sabe relatar o andamento desse processo.

Entre a crise de meados de 1997 e o se encontrar em situação de albergue, em novembro de 2001, não existe nenhum outro fato tão marcante quanto a história de sua doença mental. Mas, seu relato é recheado de situações que nos fazem compreender como a conjunção de certos acontecimentos acaba por desorganizar a vida de uma pessoa a ponto de levá-la a uma situação tão desprovida de proteção como é o estar na rua.

No percurso de Teresa, estas situações podem ser ilustradas por:

- importante falta de habilidade em lidar com dinheiro escasso e incerto;
- uma tendência de deturpar o significado das ações das pessoas, a dar uma importância maior do que era necessária para determinadas ações;
- perdas constantes, devido a doenças graves (AIDS, câncer), de pessoas que foram referências de ajuda e colaboração no percurso de sua vida – irmão, amigas;
- um discurso fortemente marcado, em muitos momentos, pela existência de uma linha muito tênue entre a situação real vivida e a fantasia, mesmo passado o momento mais crítico de sua doença mental.

A noção de que o ‘outro’ tem que dar e ‘eu’ sempre receber (tanto da família quanto dos órgãos governamentais) faz parte da lógica de Teresa.

## ATÉ A SITUAÇÃO DE RUA: ANÁLISE DAS TRAJETÓRIAS, PERCURSOS E HISTÓRIAS

### • A zona da vulnerabilidade

“As fronteiras das zonas são porosas. Particularmente, a desfiliação se alimenta na zona turbulenta da vulnerabilidade”(CASTEL, 1994, p.31)<sup>5</sup>.

Estar em situação de rua implica encontrar-se na zona de *desfiliação*. Logo, para compreendermos os percursos e rupturas que as mulheres sofrem até a *desfiliação*, faz-se necessária a análise de sua situação precedente, ou seja, de sua vulnerabilidade. Para tanto, transitamos em diversos campos das ciências das humanidades e da saúde, buscamos dados quantitativos e qualitativos nas pesquisas disponíveis, nas “falas” das entrevistas junto aos técnicos e na história de vida da mulher em situação de rua, assim como na observação participante, para que esses percursos pudessem ser mais bem apreendidos.

### • Precariedade do trabalho

“a precariedade sempre esteve associada ao trabalho feminino” (Brito, 2000, p.200)<sup>4</sup>.

Desde o século passado, as mulheres das classes pobres vivenciaram a precariedade e a subalternidade dos seus postos de trabalho. Por um lado, o trabalho não garantia direitos sociais, por outro, essa condição lhes trazia uma certa autonomia frente à sociedade, um espaço de expressão maior (Paoli, 1985)<sup>16</sup>, isto porque, mesmo na subalternidade, essas mulheres acabavam transitando por certos espaços e podendo adotar certas atitudes que estavam proibidos à mulher dependente. Um dos exemplos que ilustram essa colocação é a maneira como se davam as uniões nas classes populares. Como dinheiro não era condição para existência do casamento, pois as mulheres precariamente garantiam sua autonomia, as relações existiam de fato pelo interesse afetivo. Logo, muitas dessas mulheres acabavam por ter mais parceiros e a vivenciar mais intensamente suas relações justamente porque as mesmas não estavam pautadas em trocas comerciais e de interesse da família à qual deviam obediência. Ter a ‘chefia’ de seus lares pobres, por exemplo, era uma realidade de vida para muitas mulheres à margem da sociedade colonial brasileira (Soihet, 2000)<sup>22</sup>. São exemplos de profissões subalternas desses tempos, mas que garantiam autonomia: doceiras, engomadeiras, costureiras, cozinheiras, rendeiras, tecelãs, trabalhadoras de pequeno comércio, serviços domésticos, prostitutas, entre outras (Samara, 2002)<sup>19</sup>.

Decorridos tantos anos, em pleno século XXI, a relação entre trabalho e garantia de uma certa autonomia das mulheres foi pouco alterada. Entretanto, essa vivência se expandiu das classes pobres para as classes mais abastadas. Contudo, os postos de trabalho das mulheres pobres mantiveram as características anteriores: precários e subalternos, destituídos dos direitos que a CLT - Consolidação das Leis Trabalhistas - garante. Os dados do IBGE,

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, (apud Samara, 2002)<sup>19</sup> de 1995, explicitam a precariedade e subalternidade do trabalho feminino no Brasil quando demonstram que 54% das mulheres assalariadas trabalhavam sem carteira assinada, ficando para imaginação as condições de trabalho a que eram submetidas as mulheres inseridas no mercado informal.

A história de vida de Teresa retrata justamente este outro contingente formado por milhões de mulheres brasileiras. No relato da luta pela sua sobrevivência e pela de seus filhos, acaba por explicitar elementos importantes que constituem a representação real dos dados citados acima.

Os seus empregos são dotados de uma instabilidade muito grande. Em todo o seu percurso mencionou-se cerca de dez postos de trabalho diferenciados, e apenas em um ou outro (quando foi auxiliar de desenvolvimento infantil, por exemplo) lhe foram garantidos os direitos trabalhistas. Isso sem serem contabilizados os mecanismos adaptativos realizados por Tereza como forma de garantia da 'mistura', do cigarro ou dos ditos supérfluos cotidianos, tão importantes para a dignidade humana.

Há ainda o trabalho doméstico, entendido aqui como o cuidado de casa e da família, culturalmente embutido no papel da mulher, mas que nunca chegou a ser computado em dados estatísticos. Como garante Brito (2000)<sup>4</sup>, há uma demanda física e emocional na realização desse trabalho não pago.

Algumas das características associadas ao trabalho, como a instabilidade e a precariedade, também podem ser associadas às condições de moradia vivenciadas por Teresa em seu percurso. Estas características acabam por implicar em uma certa vulnerabilidade habitacional e este fato é comum em outras histórias de vida de pessoas em situação de rua, como pontua Escorel (1999)<sup>7</sup>.

Neste tópico deve-se incluir componentes biográficos (Snow e Anderson, 1998)<sup>21</sup> de Teresa que, aliados à precariedade do trabalho, a inscreve na fragilidade econômica acarretando, em longo prazo, a situação de rua.

Este procedimento favorece as futuras construções de uma visão aprofundada das trajetórias percorridas pelas mulheres em situação de rua.

Não se objetiva aqui estabelecer generalizações acerca dos componentes individuais de Teresa para toda uma classe de mulheres ou mesmo para a população de rua, o que se objetiva é a discussão desses componentes a partir da sua identificação.

Dentre estes aspectos individuais de Teresa relacionados à condição econômica, está presente a desorganização em lidar com dinheiro. Tanto na entrevista como na observação participante, percebeu-se que o dinheiro é tratado como algo de subsistência, emergencial, ou seja: o que você ganha, você gasta, o que você tem é para o dia de hoje, amanhã é um outro dia desconectado do hoje: "porque eu não sei o que eu fazia com o meu dinheiro que não dava"(Teresa, comunicação pessoal, p.7\*).

É importante ter em mente que, para além da desorganização interna de Teresa, ela está inscrita em um cenário de pobreza, no qual se lida, quase que cotidianamente, com pouco ou nenhum dinheiro. Assim, ao possuir pouco dinheiro, trata-o de forma emergencial, priorizando as condições mínimas de sobrevivência, deixando descobertas outras necessidades, como pagamentos de dívidas, contas mensais, etc.

Além das questões relativas à manipulação do dinheiro, Teresa apresenta uma desorganização em planejar o empreendimento de algo, o que, muitas vezes, impede sua realização.

Diante disso, conclui-se que a fragilidade econômica na vida de Teresa é resultado da inter-relação da precarie-

\* Tereza R., comunicação pessoal. 2002, 36p.

dade dos postos de trabalho somada a um estilo de vida próprio. Note-se, entretanto, que durante muitos anos Teresa conseguiu manter a ela e a seus filhos, dentro desta fragilidade.

Assim, infere-se que esta situação pôde ser mantida devido à rede social de suporte em que estava inserida e que será discutida no tópico seguinte.

### **Fragilização da rede social de suporte**

Inicia-se essa discussão a partir da problematização do desequilíbrio existente entre a quantidade de homens e mulheres em situação de rua. É como se para cada quatro homens existisse uma mulher. Em entrevista com Walter Varanda, ex-coordenador da AMRMC, ele questiona:

“onde estão essas outras mulheres correspondentes a todo volume de homens na rua?”( Walter Varanda, comunicação pessoal, p.17\*)

As outras mulheres citadas por Walter, que ainda não chegaram à situação de rua, estão conseguindo se manter na zona da vulnerabilidade. Porém, estão muito próximas da situação de *desfiliação*, já que o eixo do trabalho, para as mulheres pobres, é vulnerável em si mesmo, como descrito anteriormente.

Assim, de acordo com a definição de Castel (1994)<sup>5</sup> sobre inserção, o trabalho é um dos dois eixos de sustentação, sendo o outro o da inserção relacional que é resultado das relações que o indivíduo estabelece com a família, amigos, comunidade e instituições, ou seja, as relações que compõem a rede social de suporte.

A partir da confrontação do estudo bibliográfico com os dados das entrevistas e da observação participante, levanta-se uma hipótese: as mulheres possuem uma rede social de suporte maior e estabelecem relações interpessoais mais profundas em comparação aos homens. Para justificar tal hipótese, em um primeiro momento, adentrou-se no universo da antropologia, no qual se buscaram elementos culturais inerentes à condição femini-

na que repercutissem no modo como a mulher estabelece suas relações.

As mulheres que compuseram o movimento feminista do início do século passado evidenciaram a discussão de seus papéis sociais. Elas almejavam adentrar no universo público, dos homens, sem que estes fossem trazidos para o universo privado – o cuidado com a casa, com os filhos, com os familiares. As mulheres ficaram entre os dois universos: público e privado, entre o trabalho e a casa, e, com isso, muitas assumiram a popularmente conhecida dupla jornada de trabalho (Oliveira, 1992)<sup>15</sup>.

Atualmente, essa crise, mesmo depois de muitos anos de seu início, ainda não foi totalmente superada. No entanto, dela resultou certa redescoberta do feminino, a valorização de aspectos inerentes à condição da mulher, ou, como nas palavras de Oliveira (1992, p.103)<sup>15</sup>, para expressar essa realidade emergente: “interconexão”, “alteridade”, “transpessoalidade”, um estar no mundo – com outro e entre outros, e ainda:

“Esses valores são o fundamento da diferença. As mulheres são diferentes dos homens porque no centro de sua existência estão outros valores: a ênfase do relacionamento interpessoal, a atenção e o cuidado com o outro, a proteção da vida, a valorização da intimidade e do afetivo, a gratuidade das relações”(Oliveira, 1992, p.103)<sup>15</sup>.

Sem negar questões primordiais acerca das desigualdades entre os gêneros, é desafiador encontrar elementos diferenciadores entre homens e mulheres que, ao mesmo tempo, no universo feminino, são verdadeiros para todas classes sociais, isso porque se percebeu que, a depender da classe em que está inserida, a mulher expressará de uma forma muito específica os elementos que as diferenciam em primeira instância dos homens.

Esses dados foram confrontados com a realidade vivida na observação participante, esta diferença entre os gêneros tanto é verdade que os conteúdos dos diálogos esta-

belecionados com os homens e mulheres na AMRMC eram notoriamente díspares. Os homens falavam de política, futebol, poucas vezes de trabalho, enquanto as mulheres falavam de seus relacionamentos, de saúde-doença, das histórias de vida.

Esse modo como a mulher se relaciona com o mundo implica diretamente na construção de uma rede de suporte maior, consoante com a hipótese levantada.

Por outro lado, está clara a importância de superarmos o que pode ser entendido como extremamente generalizante naquela hipótese na medida em que não se trabalhe as questões referentes às diferenças das classes sociais. Assim, para que esta discussão pudesse ser aprofundada, adentrou-se também no universo histórico, pois se compreende que a condição feminina que estamos tratando está inscrita em um dado contexto histórico-social: o contexto das mulheres pobres do Brasil.

O contexto permeado pela pobreza faz com que essa rede social de suporte possua características próprias, mas não exclui, necessariamente, as características anteriormente elencadas. Para a compreensão dessas “características próprias”, apresentamos uma concepção histórica referente à Belle Époque, 1890-1920 (Soihet, 2000)<sup>22</sup>, a respeito da constituição das famílias no Brasil:

“A organização familiar dos populares assumia uma multiplicidade de forma, sendo inúmeras as famílias chefiadas por mulheres sós. Isso se devia não apenas às dificuldades econômicas, mas igualmente às normas, valores diversos, próprios da cultura” (Soihet, 2000, p. 362)<sup>22</sup>. Dados mais atuais (Escorel, 1999)<sup>7</sup>, expõem que os domicílios chefiados por mulheres no Brasil eram cerca de 10% em 1989, enquanto em 2000, segundo dados do IBGE, esse valor passou para uma média de 24,9%. É importante acrescentar que os valores sofrem uma alteração quando se restringe ao estudo das famílias pobres, ainda em Escorel (1999)<sup>7</sup>, o valor passa de 10% para 14%. Muraro (1992)<sup>14</sup> coloca que o número das famílias

matricênticas na América Latina é cerca de 10% do total, sendo quase todas nas áreas mais pobres.

Essa forma de organização permaneceu, durante muitos anos, pouco estudada (Fonseca, 2000)<sup>9</sup> pelos pesquisadores. Com isso, houve um entendimento superficial das dinâmicas familiares vivenciadas no Brasil, tendo-se, como consequência, a estereotipização do padrão da família nuclear como a ‘normal’ e politicamente correta, e, ainda, a compreensão de que a presença de domicílios chefiados por mulheres fosse algo pertencente aos ‘tempos modernos’, como fruto do movimento feminista, da liberação sexual, o que até é verdade, mas, em relação às classes sociais mais abastadas.

As classes pobres possuem uma outra dinâmica que está pautada em relações consensuais/afetivas e nas condições concretas de existência que as obriga a uma constante luta (Soihet, 2000)<sup>22</sup>. Apesar de um outro “*modos vivendis*”, seria falso estabelecer que elas – as mulheres pobres – não sofreram influência e influenciaram os valores e a moral das classes mais abastadas. Porém, na estrutura do sistema capitalista e patriarcal em que se desenvolveu o Brasil, nota-se que a realidade social das classes pobres, nessa como em outras questões, era submetida a um discurso racionalizador/disciplinador hegemônico que não as contemplava.

As famílias chefiadas por mulheres nas classes mais pobres fazem com que estas constituam um grupo mais vulnerável, podendo se deparar com a situação de rua (Escorel, 1999)<sup>7</sup>.

Em um entendimento superficial, essa última colocação poderia apresentar-se contraditória às características da rede social de suporte das mulheres primeiramente descritas: como as mesmas mulheres que são possuidoras de redes de suporte maiores e relações mais profundas são mais vulneráveis a se deparar com a situação de rua quando inscritas em uma situação de pobreza?

Deve-se ressaltar, nesse contexto, que muitas mulheres pobres se mantêm inscritas na zona da vulnerabilidade justamente por possuírem características femininas e, a partir daí, tecerem uma rede social de suporte maior e relações mais profundas, obtendo meios para sustentarem-se nessa zona e, com isso, se ‘protegerem’ da *desfiliação*, o que não significa, entretanto, que estejam perfeitamente integradas. A vulnerabilidade é sua condição estrutural.

Apesar disso, existem outras tantas mulheres, ainda que poucas se comparadas aos homens, que, por vários motivos, não conseguiram tecer uma rede social de suporte tal que as mantivessem fora da situação de rua, ou, também, existem mulheres que possuíram uma rede de suporte considerável, mas, devido a rupturas, perdas e desentendimentos relacionais, esta rede foi se desintegrando.

A análise da história de vida de Teresa ilustra essa última possibilidade de percurso das mulheres pobres para a situação de rua: a existência prévia de uma rede social de suporte como eixo importante de sua inserção até a sua quase inexistência por rupturas, perdas e desentendimentos.

Se nos remetermos ao início da história de vida de Teresa, quando ela passa a morar com o pai de seu filho, percebe-se que essa união é consensual, não havendo contrato/casamento formal, esses acontecimentos ocorrem em um curto espaço de tempo.

Já no início de sua vida conjugal, Teresa relata fatos permeados pelo desentendimento e pela violência doméstica. A violência doméstica, a maioria das vezes como vítima, mas em outras também como agressora, como no relato de Teresa, é um aspecto comum em diversas histórias de mulheres, como a da Cigana. Essa questão é apontada por alguns técnicos e por alguns autores (Passaro, 1999)<sup>17</sup> como uma das principais causas da si-

tuação de rua entre as mulheres. Na aproximação com mulheres que permitiram partilhar suas histórias, notou-se que a violência não foi a única causa e nem a justificativa motivadora da situação atual, mas, com diferentes níveis de agressão, permeia os percursos dessas mulheres.

Outro ponto importante é a identificação de quem eram as pessoas que compunham a rede social; especificamente de Teresa: irmãos, poucas amigas e pessoas relacionadas à sua Igreja. Quando há essa identificação no decorrer da entrevista, essas pessoas aparecem em momentos diferentes relacionadas a histórias de rupturas.

As rupturas se dividiram em dois grupos: espontâneas e não espontâneas.

As espontâneas são caracterizadas por fatos, como a “entrega” dos filhos para irmãos e mortes. Situações que ocorriam sem a interferência direta de Teresa, que estavam fora do seu controle. Em relação às mortes, nos foram relatadas seis, cinco delas de pessoas que desempenhavam papéis referenciais em sua vida e a sexta morte sendo a de seu pai, que, apesar de não ter sido uma figura presente, abalou bastante Teresa.

As rupturas não espontâneas são resultados do afastamento consciente de Tereza, por um certo cansaço da relação, uma certa desconfiança. Há em comum e implícito, nos relatos que se seguem, o tipo de relação estabelecida por ela – a de recebimento.

“a Igreja me acolheu, mas assim me levaram no médico e me deixaram a ver navios, entendeu? Então foi uma aceitação só de imediato porque a situação que eu tava elas poderiam até ter pago um aluguel para mim, tudo esses negócios que a Igreja poderia ter feito” (Teresa, comunicação pessoal, p.8\*).

“nessa época eu tava na casa de uma prima dos meus irmãos que tinha me apoiado, só que ela tinha me apoiado tanto que depois ela, passou uns tempos, pôs

\* Tereza R., comunicação pessoal, 2002, 36p.

até polícia para me por fora da casa dela, saiu eu os meus filhos e uma sacolinha só.” (Teresa, comunicação pessoal, p.5\*).

Conclui-se, diante disso, que essas relações e as rupturas em longo prazo, resultam na dissolução da rede social de suporte. É notória, na próxima fala de Teresa, sua constatação dessa situação:

“E, foi muitas coisas que eu fiz que até afastaram as pessoas de mim, minha família, porque acharam que eu era egoísta”(Teresa, comunicação pessoal, p.8).

### **Saúde mental versus sofrimento humano**

Nos percursos da vida de Teresa, a doença mental diagnosticada se faz presente e, em muitos momentos, ela relata delírios, alucinações que tivera e muitos deles contribuíram, de fato, para que seus dois eixos de sustentação se tornassem mais vulneráveis.

No entanto, são necessários esforço e cuidado nesse campo de atuação ao tomar como verdade as generalizações usualmente feitas de que a população de rua, especialmente as mulheres, apresenta aspectos, comportamentos que seriam explicados ou justificados por doenças mentais.

Essa idéia, de que as mulheres possuem mais fortemente componentes da doença mental, é quase unânime nas entrevistas realizadas com os técnicos e nas conversas, via observação participativa, com os homens em situação de rua.

Essa discussão também é pontuada por Snow e Anderson (1998)<sup>21</sup> quando eles criticam as pesquisas que são realizadas com a população de rua que fazem um nexo causal entre ser doente mental e estar em situação de rua. Na maioria das vezes, tratam-se de pesquisas não comprometidas com as histórias de vida dessas pessoas, muito menos com as realidade a que estão sujeitadas.

As generalizações são provocativas e perigosas de serem realizadas, pois, ao se raciocinar sob a ótica da pato-

logia pura e simples, pode-se considerar que tratamento e ‘medicalização’ desses indivíduos são os caminhos mais rápidos para a saída dessas pessoas das ruas.

Antes disso, é preciso problematizar a situação do estar na rua, conhecer esse cotidiano e as lutas diárias empreendidas por essa população pela sua sobrevivência. Especialmente no caso das mulheres, compreender o quanto comportamentos considerados sintomáticos de uma condição de “loucura” podem estar sendo utilizados como mecanismos de proteção contra a violência sexual e física a que são subjugadas.

Ao invés de simplesmente considerá-las “loucas”, sem negar o sofrimento a que estão submetidas, trata-se de problematizar a condição do “estar na rua”.

Como se manter em uma situação em que o público se inscreve no mesmo espaço do privado? Com qual qualidade se dá o cultivo das relações mais íntimas dos seres humanos? Que “loucura” é essa que resiste a tamanho sofrimento? Ou, ainda, será “loucura” ou uma grande constatação de vitórias individuais na manutenção da vida?

Somente a partir de uma postura comprometida com a realidade dessas mulheres e em uma aproximação significativa pode-se buscar respostas concretas.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A análise das trajetórias, percursos e histórias de vida relatadas complexifica e, ao mesmo tempo, constata que há um conjunto de ações e fatos, componentes estruturais e biográficos (Snow e Anderson, 1998)<sup>21</sup>, que, conjugados, acabam levando a mulher à situação de rua. É notório perceber que Teresa quase sempre viveu inscrita na zona de vulnerabilidade: sempre teve ocupações precárias e sempre possuiu uma rede relacional frágil, que foi se rompendo no seu percurso e se desfez ao longo dos anos, a custo de perdas e até de um certo cansaço do outro.

Logo, a compreensão dos percursos vivenciados por Teresa permite a elaboração de uma verdade válida para toda população em situação de rua: não se pode culpabilizar isoladamente fatos, atitudes, pessoas, instituições por essa situação.

Essa verdade, entretanto, não mascara a realidade econômica vivenciada por milhões de brasileiros que já os colocam em uma situação de vulnerabilidade, conforme descrevemos acima.

A partir dos dados obtidos, percebe-se que as mulheres “pobres”, inseridas na zona da vulnerabilidade, estão mais próximas da situação de rua do que se considerava em um primeiro momento. No entanto, elas ainda estão conseguindo se manter na zona da vulnerabilidade, visto que, comparativamente, são em menor número do que os homens. Se em termos absolutos a população de rua tem aumentado, de acordo com os dados atuais divulgados pela FIPE, a porcentagem de mulheres em situação de rua na cidade de São Paulo diminuiu de 18,6%, em 2000, para 15,4%, em 2003 (FSP,2003)<sup>8</sup>.

Conclui-se, portanto, que nos percursos vivenciados pelas mulheres, as rupturas são gradativas sim, mas seus eixos de sustentação são mais fracos do que se supunha no início dessa pesquisa.

Há de se concordar com muitos dos técnicos entrevistados da AMRMC e com os homens em situação de rua que, quando questionados a respeito de como viam a condição da mulher na rua, respondiam que ser mulher na rua é mais difícil, muito mais cruel. Essa dificuldade e crueldade se encerram no fato que, somado à sujeição da violência sexual, elas sofrem outros dois tipos de exclusão anteriores à exclusão da situação de rua: são mulheres e pobres.

Este estudo também nos trouxe a compreensão de como aspectos da macro-estrutura relativos aos âmbitos eco-

nômico e cultural colaboram para que a situação de fazer da rua a moradia seja perpetuada e esteja em franca expansão. Para Rosana Bruneti\*, coordenadora da AMRMC, esses aspectos são o “pano de fundo” dessa situação. Entre eles está, claramente, a questão econômica em primeiro lugar, onde se tem um país com um dos maiores índices de desigualdade do mundo, gerando muita pobreza e miséria. Além disso, a propagação de uma cultura individualista, na qual as relações interpessoais muitas das vezes se baseiam em produtos de troca e não em relações de solidariedade, levando à falta de compromisso com o outro e, em última instância, a políticas públicas superficiais e tutelares. Outro aspecto, citado ainda por Rosana Brunetti, é o crescimento do terceiro setor, das empresas sociais, uma conquista nas políticas públicas de atenção à população de rua.

Esse último aspecto que faz parte do “pano de fundo” acaba por ser muito contraditório, pois, se ao mesmo tempo houve um aumento na atenção a essa problemática, resultando em um maior número de equipamentos que atendessem à população em situação de rua, teve-se um aumento da demanda. Diante disso, percebe-se que a atenção, por melhor que esteja sendo, possuidora de uma proposta metodológica diferenciada, como é o caso da AMRMC, apresenta uma limitação da área: não se alteraram justamente as causas estruturais, e, como aponta Galheigo (2003)<sup>10</sup>, são ações muitas vezes meramente reparadoras.

Ao buscarmos refletir trajetórias, percursos e histórias das mulheres em situação de rua e propormos uma forma de olhar para os mesmos, partimos de um dos pressupostos teóricos da terapia ocupacional social (Barros, Ghirardi, Lopes, 1999)<sup>3</sup> quando esta nos diz que devemos orientar nossa produção de saber comprometidos

\* Rosana Bruneti, comunicação pessoal, 2003, 23p.

com a população a qual assistimos e este compromisso se dá quando nos aproximamos de forma significativa da sua realidade e das suas necessidades.

Para os profissionais que atuam diretamente com essa população, em especial para os terapeutas ocupacionais, deixamos a reflexão de quão grave pode vir a ser uma atuação descontextualizada e sem o esforço para a compreensão dos valores desse mesmo contexto, que pode

nos parecer fortemente distante.

Há muitas redes que precisam ser tecidas e grandes desafios para serem vencidos. Isso poderá acontecer a partir do protagonismo da população em situação de rua e de uma prática que aglutine esforços de diferentes setores dos serviços públicos, da sociedade organizada e de diferentes saberes e práticas profissionais envolvidos na intervenção social.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ARPINI, D. M. *Violência e exclusão: adolescência em grupos populares*. Bauru – SP : EDUSC, 2003.
2. BARROS, D. D.; LOPES, R. E.; GALHEIGO, S. M.. Projeto Metuia – terapia ocupacional no campo social. *O Mundo da Saúde*, Vol. 26, nº.3, p. 365-369, 2002.
3. BARROS, D. D.; GHIRARDI, M. I. G.; LOPES, R. E. Terapia ocupacional e sociedade. *Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo*. Vol. 10, nº. 2-3, p.71-6, 1999.
4. BRITO, J.C. de. Enfoque de gênero e relação saúde/trabalho no contexto de reestruturação produtiva e precarização do trabalho. *Cadernos de Saúde Pública*. Vol. 16, n.1, p. 195-204, jan-mar, 2000.
5. CASTEL, R. Da indigência à exclusão, a desfiliação. Precariedade do trabalho e vulnerabilidade relacional. In: LANCETTI, A. (Org.) *Saúde Loucura*, nº.4. São Paulo: Hucitec, 1994. p. 21-48.
6. CASTEL, R. As transformações da questão social. In: BELFIORE-WANDERLEY, M., BÓGUS, L., YAZBEK, M. C. (Org.) *Desigualdade e a questão social*. São Paulo: EDUC, 1997. p. 161-190.
7. ESCOREL, S. *Vidas ao léu: trajetórias da exclusão social*. Rio de Janeiro : Editora Fiocruz, 1999.
8. FOLHA DE SÃO PAULO. Pesquisa aponta aumento do numero de moradores de rua em São Paulo. <http://www1.folha.uol.com.br/foha/cotidiano/ult95u85111.shtml>. Acesso em 05.01.2003.
9. FONSECA, C. Ser mulher, mãe e pobre. In: Mary Del Priori (Org.) *Histórias das Mulheres no Brasil*. 3ª. ed. São Paulo : Contexto, 2000, p. 362-399.
10. GALHEIGO, S M. O social: idas e vindas de um campo de ação em terapia ocupacional. In: PÁDUA, E. M. M. e MAGALHÃES, L. V. (Orgs.) *Terapia ocupacional: teoria e prática*. Campinas: Papirus, 2003, p.29-46.
11. LOPES, R. E. et al. Histórias de vida: a ampliação de redes sociais de suporte de crianças em uma experiência de trabalho comunitário. *O Mundo da Saúde*. Vol.26, n.3, p. 426-434, 2002.
12. MEIHY, J. C. S. B. *História oral*. São Paulo : Edusp, 1997.

13. MINAYO, M.C.S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo – Rio de Janeiro : Hucitec/ABRASCO, 1994.
14. MURARO, R. M. *A mulher do terceiro milênio: uma história da mulher através dos tempos e suas perspectivas para o futuro*. Rio de Janeiro : Rosa dos Tempos, 1992.
15. OLIVEIRA, R. D. *Elogio da diferença, o feminismo emergente*. 2.ed. São Paulo : Ed. Brasiliense, 1992.
16. PAOLI, M. C. Mulheres: lugar, imagem e movimento. *Perspectivas antropológicas da mulher 4 – sobre mulher e violência*. Rio de Janeiro : Zahar Editora, 1985.
17. PASSARO, J. The persistence of homelessness: reflections on gender, class and race. *Homelessness, Dulwich Centre Journal*, n.3, South Austrália, 1999.
18. REIS, T. A. M.; GALVANI, D. TO no campo social: relato de uma experiência com população adulta em situação de rua. In: *VII Congresso Brasileiro de Terapia Ocupacional*, 2001, Porto Alegre. (digitado).
19. SAMARA, E. de M. O que mudou na família brasileira? - Da colônia à atualidade. *Psicol. USP*. Vol. 13, nº. 2, p. 27-48, 2002.
20. SÃO PAULO (Município). Secretaria de Assistência Social; FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS. *Primeiro censo dos moradores de rua da cidade de São Paulo*. São Paulo, 2000. 48p.
21. SNOW, D.A. e ANDERSON, L. *Os desafortunados: um estudo sobre o povo de rua*. Petrópolis : Vozes, 1998.
22. SOIHET, R. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In: Mary Del Priori (Org.) *Histórias das mulheres no Brasil*. 3a. ed. São Paulo : Contexto, 2000, p. 362-399.